



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Fundação Saúde
Diretoria Técnico Assistencial

TERMO DE REFERÊNCIA

I - DO OBJETO:

A presente requisição visa a aquisição de **COLCHÕES** para atender à demanda das seguintes Unidades: Hospital Estadual Eduardo Rabello (**HEER**), Hospital Estadual da Mãe (**HMAE**), Hospital Estadual Anchieta (**HEAN**), Hospital Estadual Carlos Chagas (**HECC**), Instituto Estadual de Cardiologia Aloysio de Castro (**IECAC**), Instituto Estadual de Doenças do Tórax Ary Parreiras (**IETAP**), Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia Luiz Capriglione (**IEDE**), Instituto Estadual de Hematologia Arthur de Siqueira Cavalcanti (**HEMORIO**), Instituto Estadual de Dermatologia Sanitária (**IEDS**), Hospital da Mulher Heloneida Studart (**HMHS**), Centro Psiquiátrico do Rio de Janeiro (**CPRJ**), Hospital Estadual Santa Maria (**HESM**), Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – (**SAMU**), Centro de Diagnóstico Médico por Imagem (**CEDI**) e as Unidades de Pronto Atendimento (**UPA's**) Campo Grande I, Campo Grande II, Campos dos Goytacazes, Copacabana, Botafogo, Bangu, Engenho Novo, Ilha do Governador, Irajá, Itaboraí, Niterói, Nova Iguaçu I, Nova Iguaçu II, Marechal Hermes, Realengo, Ricardo de Albuquerque, Santa Cruz, São Pedro da Aldeia, Queimados, Tijuca, Jacarepaguá, Maré, Mesquita e Pronto-Socorro Geral Dr. Hamilton Agostinho Vieira de Castro assim atender à demanda das Unidades por um período de 12 (doze meses), conforme descrito, no item III.

Com a presente aquisição almeja-se alcançar a seguinte finalidade: adequar as Unidades de Saúde geridas pela Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro no tocante às suas rotinas de segurança do paciente proporcionando conforto, humanização, ergonomia e segurança na hospitalização.

II – JUSTIFICATIVA

Considerando que as unidades da Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro, possuem vários modelos de camas, como: cama mecânica, cama hidráulica, cama elétrica e além das camas possuem as macas de transporte. Esse tipo de mobiliários para ter sua funcionalidade necessitam que sejam acompanhados por colchões hospitalares. É necessário a aquisição de colchões hospitalares, para trocar os que se encontram em estado de má conservação causada pelo tempo de uso e desgastes naturais, o que afeta a ergonomia adequada ao corpo humano, a segurança do paciente durante sua hospitalização, podendo provocar acidentes e incidentes ao paciente e também propiciando o risco à infecção hospitalar.

Considerando que a Política Nacional de Humanização, criada em 2003 pelo Ministério da Saúde, aduz que as unidades de saúde devem possuir espaços saudáveis, acolhedores e confortáveis, o que inclui mobiliários adequados e duráveis para que o serviço assistencial seja prestado com qualidade, torna-se imprescindível a aquisição de colchões hospitalares.

O colchão hospitalar é indispensável nas unidades, ele proporciona conforto e bem-estar ao paciente, tornando o leito agradável e aconchegante, tem a função de proporcionar circunstâncias favoráveis aos pacientes ajudando na sua recuperação. Atende à Portaria nº 2095, de 24 de setembro de 2013, que “Aprova os Protocolos Básicos de Segurança do Paciente” e à Resolução RDC nº 36, de 25 de julho de 2013, que “Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências”.

Conclui-se que além de atendimento as normas é de extrema importância a presente aquisição de colchões que permitirá acomodar de forma adequada os pacientes durante sua hospitalização e ajudar na sua recuperação, além de tornar o ambiente mais acolhedor, também é uma maneira de respeitar e garantir os direitos dos usuários.

Nesses termos, descreve-se abaixo breve perfil da Unidade solicitante:

A **Unidade de Pronto Atendimento 24 horas - (UPA)** constitui-se como componentes da Rede de Urgência e Emergência (RUE) intermediários entre a atenção básica e a atenção hospitalar, com os objetivos de dar suporte à atenção básica para os casos agudos que ultrapassem sua capacidade de resolução e de reduzir o fluxo de usuários para as portas de entrada hospitalares. A estruturação do atendimento às demandas de urgência deve estar organizada nas Redes de Atenção à Saúde (RAS) e ser definida em nível regional. O desenho das regiões de saúde deve seguir os critérios que propiciem certo grau de resolutividade àquele território no que tange à suficiência na atenção à saúde da população.

O **Hospital da Mãe** é unidade hospitalar pública localizada no município de Mesquita e é especializado na atenção à gravidez e neonatologia. Oferece assistência hospitalar ao parto e ao puerpério, assistência neonatal desde o nascimento até a alta hospitalar para os recém-nascidos internados na unidade e para recém-nascidos referenciados de outras unidades hospitalares, tanto nos leitos do alojamento conjunto quanto nas unidades de tratamento intensivo e semi-intensivo neonatal.

O **Hospital da Mulher** foi inaugurado em 2010, o Hospital da Mulher Heloneida Studart (HMHS), em São João de Meriti, é o primeiro da rede estadual de saúde totalmente especializado no atendimento as gestantes e bebês de médio e alto risco, principal unidade de referência para este tipo de atendimento na Baixada Fluminense. Entre os serviços disponíveis, a unidade oferece atendimento integral à mulher no período gestacional de alto risco, colposcopia, mamografia, ultrassonografia e cardiocardiografia. A área construída é de 13.000 m², com dois pavimentos assistenciais. Além disso, o hospital conta com 66 leitos Alojamento Conjunto, 10 leitos de UTI Materna, 19 leitos de UTI e 30 UI Neonatal e conta com uma equipe de profissionais especializados. Possui 02 salas PPP (Pré Parto, Parto e Puerpério), 05 salas de Cirurgias, 04 leitos de RPA.

O hospital adota a cultura do parto humanizado - conjunto de ações que visam atender as necessidades das gestantes, incluindo desde a presença de um acompanhante de sua confiança durante o parto até aspectos fisiológicos, psicossociais e sociais. Conta com o diferencial de atendimento com enfermeiras obstétricas e Douglas para o atendimento a gestante.

O **HEER** é unidade de saúde que realiza atendimento em regime de internação e ambulatorial para usuários com mais de 60 anos, provenientes da rede pública de saúde. Disponibiliza atendimento integral, multidisciplinar e multiprofissional, provido dentro da Unidade e eventualmente complementado em outras unidades do SUS.

O **Pronto Socorro Geral Dr. Hamilton Agostinho Vieira Castro do Complexo Penitenciário de Bangu** é uma unidade de saúde que presta serviços 24 horas por dia, em todos os dias do ano, com obrigação de acolher e atender a todos os usuários privados de liberdade inseridos nas unidades prisionais administradas pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. Trata-se de um equipamento de saúde da Rede de Urgência e Emergência e se caracteriza como estabelecimento de saúde de complexidade intermediária entre as Unidades Básicas de Saúde e a Rede Hospitalar.

O **Instituto Estadual de Hematologia Arthur Siqueira Cavalcanti – HEMORIO** – é o hemocentro coordenador da rede pública de hemoterapia e hematologia do Estado do Rio de Janeiro (Hemorrede), tendo como missão ‘Prestar assistência de qualidade em Hematologia e Hemoterapia à população e coordenar a Hemorrede do Estado’. É responsável pela coleta, processamento, testagem e distribuição de sangue e hemocomponentes para cerca de 200 serviços públicos de saúde. Na área de assistência hematológica, presta atendimento a pacientes com doenças primárias do sangue tais como: hemoflias, anemias hereditárias (doença falciforme e as talassemias), leucemias, linfomas, mieloma múltiplo, síndromes mielodisplásicas, aplasia de medula óssea e outras.

O HESM atende exclusivamente usuários adultos com tuberculose, tuberculose Multi-Resistente, sendo referência para internação destes e com coinfeção tuberculose/HIV em regime de internação, sensíveis ou resistentes às drogas, que não necessitem de cuidados intensivos, provenientes da rede pública estadual, em especial da região Metropolitana I.

O Hospital Estadual Carlos Chagas (HECC) é uma unidade que possui serviço de urgência e emergência. O hospital atualmente conta com 143 leitos, sendo 30 de CTI. A unidade também possui serviço ambulatorial nos serviços de clínica médica, pediatria, cirurgia geral, cirurgia plástica, geriatria, psicologia e fisioterapia.

O Instituto Estadual de Doenças do Tórax Ary Parreiras (IETAP) é referência para internação de pacientes adultos com Tuberculose, coinfeção TB/HIV e HIV/AIDS, procedentes das unidades de saúde de todo o Estado do Rio de Janeiro, além de ser referência ambulatorial para casos de Tuberculose resistente às drogas, casos complexos de tuberculose e micobacteriose não tuberculosa, sendo as principais demandantes as regiões Metropolitana II, Baixada Litorânea, Serrana (parte) e o município de Magé. IETAP, o serviço presta atendimento aos pacientes com doenças do tórax, como a tuberculose, também em ambulatório e no CTI enquanto que no IEDE, os pacientes contemplados por esse serviço são portadores de deficiências endócrinas, como o diabetes.

O Instituto Estadual de Dermatologia Sanitária – IEDS é o órgão da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES/RJ), considerado como Centro Estadual de Referência para as atividades de Dermatologia Sanitária, com ênfase em Hanseníase, do Estado. A atividade assistencial do IEDS se destina a pacientes portadores de agravos que afetam a pele, com aspectos epidemiológicos e interesse em saúde coletiva, com ênfase em hanseníase. A unidade foi recém incorporada a gestão avançada pela FSERJ em 2018. O serviço prestado no IEDS é de atendimento odontológico ambulatorial e livre demanda.

O Instituto Estadual de Cardiologia Aloysio de Castro - IECAC é a unidade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro, tendo como missão “Oferecer atendimento cardiovascular humanizado e resolutivo, com elevado padrão técnico à população do Estado do Rio de Janeiro”. A unidade é referência no tratamento de patologias cardíacas de alta complexidade em adultos e crianças, com equipe multiprofissional qualificada para atender diferentes especialidades relacionadas à cardiologia.

O Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia Luiz Capriglione – IEDE, é referência no tratamento de doenças endocrinometabólicas e atividades ligadas à endocrinologia, diabetologia, metabologia e nutrição, tendo como missão “Promover assistência, ensino e pesquisa das doenças endócrinas e metabólicas.

O Centro Psiquiátrico do Rio de Janeiro (CPRJ), serviço de saúde mental estadual, possui porta de entrada aberta 24 horas com um serviço de emergência, que não atende exclusivamente pacientes moradores na área, com um importante afluxo de pacientes residentes de outras áreas da cidade, também com presença de moradores de outros municípios e estados. Oferece internação de curta permanência, enfermaria com 23 leitos e tempo médio de permanência em torno de 08 dias, e atenção nas modalidades ambulatorial e hospital-dia, com ações de suporte psicossocial e promoção à saúde.

O Hospital Estadual Anchieta (HEAN), unidade de internação referenciada de pacientes de alta e média e complexidade provenientes da Rede Pública de Saúde, através de seus sistemas de regulação. O hospital atualmente conta com 55 leitos de CTI e 16 leitos de enfermaria.

O Centro Estadual de Diagnóstico e Imagem (CEDI) se destina ao recebimento de usuários do Sistema Único de Saúde, referenciados por unidades da rede pública de Saúde, ambulatórios e hospitais, para realização de exames de imagem, reunindo em um mesmo centro exames de RX, Ultrassonografia com Doppler, Tomografia Computadorizada, Angio TC, Ressonância Magnética, Angio RNM, Ecocardiografia com Doppler, Doppler Vascular, Mamografia, biópsias de mama, próstata e tireóide; o atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde é ofertado de segunda a sexta-feira das 7h às 21h, aos sábados de 7h às 19h e domingo de 7h às 12h;

O SAMU 192 é o Componente Pré-Hospitalar Móvel de Urgência e Emergência do SUS, se caracteriza pelo atendimento dos usuários por demanda espontânea, nas emergências clínicas, cirúrgicas, traumáticas, gineco-obstétricas, psiquiátricas e pediátricas, por meio das ligações recebidas pelo número único nacional para urgências médicas – 192. Os atendimentos são realizados em vias públicas, locais de trabalho e residência, e conta com equipes que reúne médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e condutores socorristas.

O SAMU 192 Capital opera com a estrutura, calculada com base em critérios populacionais preconizados em Portaria do MS.

III – OBJETO DA AQUISIÇÃO:

3.1. É objeto da presente solicitação de COLCHÕES HOSPITALARES, de acordo com as especificações e quantidades constantes no quadro abaixo:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
1	6515.070.0061 (ID - 151320)	COLCHAO HOSPITALAR, MODELO: BLOCO UNICO, MATERIAL: NAPA, TIPO: IMPERMEAVEL, DENSIDADE: D 33, COMPRIMENTO: 188 CM, ENCHIMENTO: ESPUMA, REVESTIMENTO: REVESTIDO, MATERIAL RESISTENTE, IMPERMEAVEL, AUTO-EXTINGUIVEL, LARGURA: 88 CM, ALTURA: 12 CM, COR: AZUL, ACESSORIOS: SEM ACESSORIOS, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE (COLCHÃO PARA CAMA MECÂNICA)	UN	520
2	6515.070.0039 (ID - 105447)	COLCHAO HOSPITALAR, MODELO: BLOCO UNICO, MATERIAL: ESPUMA VISCO ELASTICA ALTA DENSIDADE, TIPO: FLEXIVEL, DENSIDADE: D50, COMPRIMENTO: 198 CM, ENCHIMENTO: ESPUMA, REVESTIMENTO: CAPA DE POLIURETANO EM MALHA DE POLIESTER, LARGURA: 88 CM, ALTURA: 16 CM, COR: N/D, ACESSORIOS: ZIPER (COLCHÃO PARA CAMA ELÉTRICA)	UN	606
3	6515.070.0023 (ID - 53689)	COLCHAO HOSPITALAR, MODELO: BLOCO UNICO, MATERIAL: ESPUMA POLIURETANO, TIPO: N/D, DENSIDADE: 23, COMPRIMENTO: 1,90 CM, ENCHIMENTO: N/D, REVESTIMENTO: COURVIM LISO, LARGURA: 60 CM, ALTURA: 10CM, COR: AZUL ROYAL, ACESSORIOS: N/A (COLCHÃO PARA MACA HIDRÁULICA)	UN	307
4	6515.070.0027 (ID - 54025)	COLCHAO HOSPITALAR, MODELO: BLOCO UNICO, MATERIAL: ESPUMA POLIURETANO, TIPO: N/D, DENSIDADE: 33, COMPRIMENTO: 190 CM, ENCHIMENTO: N/D, REVESTIMENTO: COURVIM LISO, LARGURA: 90 CM, ALTURA: 15 CM, COR: AZUL ROYAL, ACESSORIOS: N/A (COLCHÃO PARA CAMA HIDRÁULICA)	UN	319
5	6515.070.0057 (ID - 141473)	COLCHAO HOSPITALAR, MODELO: COLCHONETE, MATERIAL: ESPUMA, TIPO: FLEXIVEL, DENSIDADE: 30, COMPRIMENTO: 1,85 CM, ENCHIMENTO: ESPUMA, REVESTIMENTO: PLASTICO LAVAVEL, LARGURA: 50 CM, ALTURA: 0,05 CM, COR: AZUL ROYAL, ACESSORIOS: N/A, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE (COLCHÃO PARA MACA DE RESGATE)	UN	107
6	6515.070.0050 (ID - 125819)	COLCHAO HOSPITALAR, MODELO: BLOCO UNICO, MATERIAL: ESPUMA, TIPO: LAVAVEL, DENSIDADE: 25, COMPRIMENTO: 65 CM, ENCHIMENTO: ESPUMA, REVESTIMENTO: COURVIM LISO, LARGURA: 45 CM, ALTURA: 3 CM, COR: AZUL, ACESSORIOS: N/A (COLCHÃO PARA INCUBADORA)	UN	94
7	6515.070.0060 (ID - 147108)	COLCHAO HOSPITALAR, MODELO: COLCHONETE, MATERIAL: ESPUMA POLIURETANO, TIPO: LAVAVEL, DENSIDADE: 33, COMPRIMENTO: 60 CM, ENCHIMENTO: ESPUMA, REVESTIMENTO: COURVIM LISO, LARGURA: 28 CM, ALTURA: 3 CM, COR: AZUL, ACESSORIOS: ZIPER, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE (COLCHÃO PARA INCUBADORA)	UN	113
8	6515.070.0059 (ID - 147107)	COLCHAO HOSPITALAR, MODELO: COLCHONETE, MATERIAL: ESPUMA POLIURETANO, TIPO: LAVAVEL, DENSIDADE: 40, COMPRIMENTO: 80 CM, ENCHIMENTO: ESPUMA, REVESTIMENTO: COURVIM LISO, LARGURA: 50 CM, ALTURA: 10 CM, COR: AZUL, ACESSORIOS: ILHOS E ZIPER, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE (COLCHÃO PARA BERÇO)	UN	03
9	6515.070.0066 (ID - 175814)	COLCHAO HOSPITALAR, MODELO: BLOCO UNICO, MATERIAL: ESPUMA POLIURETANO, TIPO: LAVAVEL, DENSIDADE: D33, COMPRIMENTO: 145 CM, ENCHIMENTO: ESPUMA, REVESTIMENTO: COURVIM LISO, LARGURA: 70 CM, ALTURA: 06 CM, COR: AZUL ROYAL, ACESSORIOS: ZIPER, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE (COLCHÃO INFANTIL)	UN	10
10	515.070.0067 (ID - 176711)	COLCHAO HOSPITALAR, MODELO: COLCHONETE, MATERIAL: ESPUMA POLIURETANO, TIPO: LAVAVEL, DENSIDADE: 33, COMPRIMENTO: 1,88 M, ENCHIMENTO: ESPUMA, REVESTIMENTO: COURVIM, LARGURA: 0,68 CM, ALTURA: 10 CM, COR: AZUL, ACESSORIOS: N/A, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	UN	17
11	6515.070.0063	COLCHAO HOSPITALAR, MODELO: BLOCO UNICO, MATERIAL: ESPUMA, TIPO: IMPERMEAVEL, DENSIDADE: 28,	UN	20

(ID - 165149)	COMPRIMENTO: 188 CM, ENCHIMENTO: ESPUMA, REVESTIMENTO: COURVIM LISO, LARGURA: 88 CM, ALTURA: 12 CM, COR: AZUL, ACESSORIOS: SEM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE		
---------------	---	--	--

3.2 A descrição dos itens não restringe o universo de competidores.

IV – JUSTIFICATIVA DA QUANTIDADE ESTIMADA REQUERIDA (Resolução SES 1347/2016):

1. O quantitativo para aquisição foi norteado pela solicitação encaminhada pelas Unidades de Saúde, conforme e-mail.

A quantidade dos itens para cada uma das Unidades é apresentada no quadro abaixo:

UNIDADE	Nº SEI
Bangu	37320139
Botafogo	37320166
Campos	37320175
Campo Grande 1	37320197
Campo Grande 2	37320726
Copacabana	37320519
Engenho Novo	37320529
Ilha do Governador	37320794
Iraja	37320877
Itaboraí	37320643
Jacarepaguá	37320981
Maré	37321015
Marechal Hermes	37322109
Mesquita	37321550
Niterói	37322238
Nova Iguaçu 1	37321631
Nova Iguaçu 2	37321650
Queimados	37323578
Realengo	37338303
Ricardo de Albuquerque	37338351
Santa Cruz	37338393
São Pedro da Aldeia	37338752
Tijuca	37338792
CEDI	37397026
CPRJ	37397320
HEAN	37397047
HECC	37397361
HEER	37400077
HEMORIO	37400294
HESM	37399444
HMULHER	37399464
HMAE	37400535
IEDE	37400649
IEDS	37400705
IETAP	37400740
SAMU	37400842
SEAP	37400911
IECAC	37399543

Quadro Unidades:

ITENS	DESCRIÇÃO	HMAE	HEAN	HEER	HMHS	HEMORIO	IECAC	IEDE	HESM	HECC	IETAP	SEAP	SAMU	IEDS	CEDI	CPRJ	TOTAL
1	Colchão para cama mecânica (1,88 cm x 88 cm x 12 cm D: 33)	12	0	70	0	0	0	0	33	60	20	204	0	22	0	0	421
2	Colchão para cama elétrica (1,98 cm x 88 cm x 16 D: 50)	0	50	0	88	156	30	10	38	200	0	0	0	20	0	0	592
3	Colchão para maca hidráulica (1,90 cm x 60 cm x 10 cm)	0	1	0	16	18	10	0	4	60	0	0	0	18	8	0	135
4	Colchão para maca hidráulica (1,90 cm x 90 cm x 15 cm D:33)	75	0	0	0	24	0	0	0	60	0	0	0	0	0	95	254
5	Colchão para maca de resgate (1,75 cm x 60 cm x 07 cm D: 33)	0	1	0	1	20	0	0	5	15	0	0	50	0	0	0	92
6	Colchão para Incubadora (C: 65 cm x L: 45 cm x A: 3 cm D: 25)	80	0	0	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	93
7	Colchão para Incubadora (C: 60 cm x L: 28 cm x A: 3cm D: 33)	0	0	0	111	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	113
8	Colchão para Berço (C: 80 cm x L: 50 cm x A: 10 cm D: 40)	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
9	Colchão Infantil (C: 1,45 cm x L: 70 cm x A: 06 cm D: 33)	0	0	0	2	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10
10	Colchão hospitalar (C:1,88 cm x L: 0,68 cm x A: 10 cm)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

D: 33)																
11	Colchão hospitalar (C:1,88 cm x L: 0,88 cm x A: 12 cm D: 28)	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5

Quadro UPA's

ITEM	DESCRIÇÃO	BANGU	BOTAFOGO	CAMPOS	CG 1	CG 2	COPACABANA	ENGENHO NOVO	ITABORAI	MESQUITA	NITEROI	NI 1	NI 2	QUEIMADOS	RE
1	Colchão para cama mecânica (1,88 cm x 88 cm x 12 cm D: 33)	10	0	4	0	0	20	0	0	0	0	24	4	13	
2	Colchão para cama elétrica (1,98 cm x 88 cm x 16 D: 50)	0	0	0	0	0	0	14	0	0	0	0	0	0	
3	Colchão para maca hidráulica (1,90 cm x 60 cm x 10 cm)	0	0	38	15	3	22	0	19	19	19	0	0	0	
4	Colchão para maca hidráulica (1,90 cm x 90 cm x 15 cm D:33)	0	15	0	0	12	0	0	0	0	0	16	14	4	
5	Colchão para maca de resgate (1,75 cm x 60 cm x 07 cm D: 33)	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	4	0	0	
6	Colchão para Incubadora (C: 65 cm x L: 45 cm x A: 3 cm D: 25)	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
7	Colchão para Incubadora (C: 60 cm x L: 28 cm x A: 3cm D: 33)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	Colchão para Berço (C: 80 cm x L: 50 cm x A: 10 cm D: 40)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	Colchão Infantil (C; 1,45 cm x L: 70 cm x A: 06 cm D: 33)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	Colchão hospitalar (C:1,88 cm x L: 0,68 cm x A: 10 cm D: 33)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
11	Colchão hospitalar (C:1,88 cm x L: 0,88 cm x A: 12 cm D: 28)	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

V – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1. Para a qualificação técnica, são solicitados os seguintes documentos:

1. Licença de Funcionamento Sanitário ou Cadastro Sanitário da empresa, nas seguintes hipóteses de acordo com a RDC 153/17 e IN 16/2017:

- a.1) Licença de Funcionamento Sanitário LFS, emitido pelo Órgão Sanitário competente. Caso a LFS esteja vencida, deverá ser apresentado também o documento que comprove seu pedido de revalidação;
- a.2) Cadastro Sanitário poderá ser apresentado no lugar da Licença de Funcionamento Sanitário, desde que seja juntado pelo Licitante os atos normativos que autorizam a substituição;
- a.3) Para fins de comprovação da Licença de Funcionamento Sanitário LFS ou Cadastro Sanitário poderá ser aceito a publicação do ato no Diário Oficial pertinente;
- a.4) A Licença emitida pelo Serviço de Vigilância Sanitária deverá estar dentro do prazo de validade. Nos Estados e Municípios em que os órgãos competentes não estabelecem validade para Licença, deverá ser apresentada a respectiva comprovação legal;

1. Atestado de capacidade técnica para desempenho de atividade, mediante ou privado do ramo hospitalar de saúde, que comprove experiência prévia para o objeto a ser contratado; o atestado deverá ser emitido em papel timbrado da pessoa jurídica, contendo o CNPJ, a razão social e o endereço da empresa; a comprovação da experiência prévia considerará como mínimo o percentual de até 50% (cinquenta por cento) do objeto a ser contratado, conforme Enunciado

n.º 39 - PGE; serão considerados também os atestados que comprovem a prestação de mais de 50% ou mais do objeto a ser contratado. apresentação de no mínimo 01 (um) atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público.

2. Registro válido na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, conforme Lei nº5.991/1973, Lei nº6.360/1976, Decreto nº8.077 de 2013, Lei Federal nº12.401/2011, do produto ofertado, devendo constar a validade (dia/mês/ano), por meio de:

c.1) Cópia do registro do Ministério da Saúde Publicado no D.O.U, grifado o número relativo a cada produto cotado ou cópia emitida eletronicamente através do sítio oficial da Agência de Vigilância Sanitária; ou

c.2) Protocolo de solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de sua validade, nos termos e condições previstas no § 6º do artigo 12 da Lei 6360/76, de 23 de setembro de 1976.

c.3) Para os produtos isentos de registro na ANVISA, o licitante deverá comprovar essa isenção através de:

- Documento ou informe do site da ANVISA, informando que o insumo é isento de registro; ou
- Resolução da Diretoria Colegiada – RDC correspondente que comprove a isenção do objeto ofertado.

5.2 A solicitação acima para o presente processo tem por objetivo verificar, pela análise de sua experiência pretérita, se o licitante possui capacidade para desempenhar atividade pertinente e compatível com o objeto.

5.3 O Anexo I deste TR contém as justificativas elaboradas pela Fundação Saúde para fundamentar a exigência das alíneas “a” e “c” que, posteriormente, foram validadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro nos votos dos Processos 103.171-6/17 e 103.816-8/17.

VI – CATÁLOGO E AMOSTRAS PARA AVALIAÇÃO

6.1 – O Licitante vencedor deverá fornecer catálogo do fabricante com a descrição para análise técnica, junto aos documentos de habilitação.

6.1.2. O catálogo para análise técnica deverá ser entregue no seguinte endereço:

FUNDAÇÃO SAÚDE – Av. Padre Leonel Franca, 248 Gávea - Rio de Janeiro/RJ – Brasil – CEP: 22461-000; Tel.: 55 (21) 2334-5010.

6.1.3 A pedido do pregoeiro, o catálogo poderá ser encaminhado pelo e-mail licitacao@fs.rj.ov.br

6.1.4 A unidade terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da entrega do catálogo, para análise do mesmo;

6.1.5. Critérios para avaliação do catálogo: na avaliação do catalogo será verificado se a descrição técnica do produto corresponde à exigência do Termo de Referência.

6.1.6. A avaliação do catálogo será realizada pela equipe técnica do HECC

6.1.7. Justificativa para exigência do catálogo: a apresentação do catálogo é necessária para análise das especificações dos produtos ofertados.

6.2. Caso seja necessário, os licitantes vencedores deverão fornecer amostras no prazo máximo de até 07 (sete) dias úteis após a solicitação da Fundação de Saúde; a amostra apresentada para análise deverá estar em sua embalagem original, pronta para uso;

6.2.1. O quadro abaixo define o quantitativo de amostras que deverá ser apresentado, sendo aquele que permite que a análise forneça resultados que tenham confiabilidade:

Quantitativo de amostras para análise

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	COLCHAO HOSPITALAR (C: 1,88 cm x L: 88 cm x A: 12 cm D: 33)	01
2	COLCHAO HOSPITALAR (C: 1,98 cm x L: 88 cm x L: 16 cm D: 50)	01
3	COLCHAO HOSPITALAR (C: 1,90 cm x A: 60 cm x L: 10 cm D:)	01
4	COLCHAO HOSPITALAR (C 1,90 cm x A: 90 cm x A: 15 cm D: 33)	01
5	COLCHAO HOSPITALAR (C 1,75 cm x A: 60 cm x 07 cm D: 33)	01
6	COLCHAO HOSPITALAR (C 65 cm x L: 45 cm x A: 45 cm x 03 cm D: 25)	01
7	COLCHAO HOSPITALAR (C 60 cm x L: 28 cm x A: 50 cm x 06cm D: 33)	01
8	COLCHAO HOSPITALAR (C 80 cm x L: 50 cm A: 50 cm x 06cm D: 40)	01
9	COLCHAO HOSPITALAR (C 1,45 cm x L: 70 cm A: 06 cm D: 33)	01
10	COLCHAO HOSPITALAR (C 1,88 cm x L: 68 cm A: 10 cm D: 33)	01
11	COLCHAO HOSPITALAR (C 1,88 cm x L: 88 cm A: 12 cm D: 28)	01

6.2.3. As amostras solicitadas para avaliação deverão ser entregues no seguinte endereço:

- Item 1, 2, 3, 4 e 5 serão avaliados pelo HECC: Av. Gen. Osvaldo Cordeiro de Farias, 466 - Mal. Hermes, Rio de Janeiro - RJ, 21610-480.
- Item 6, 7 e 9 serão avaliados pelo HMULHER: Av. Automóvel Clube, S/N - Jardim Jose Bonifácio, São João de Meriti - RJ, 25561-170
- Item 8 será avaliado pelo IECAC: R. Davi Campista, 326 - Humaitá, Rio de Janeiro - RJ, 22261-010
- Item 10 será avaliado pela UPA Tijuca: R. Conde de Bonfim sem número RJ - 20520-054
- Item 11 será avaliado pela UPA Irajá: Avenida Monsenhor Felix 380 Irajá RJ- 21361-132

6.2.4. A entrega de amostras para avaliação deverá ser precedida de agendamento por e-mail com os setores:

FS: licitações:licitacao@fs.rj.gov.br

6.2.5. A Unidade terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da entrega do produto, para elaboração do parecer técnico. Este prazo contempla os processos de análise e, se necessária, reanálise do material.

6.2.6. A avaliação da amostra será realizada pela equipe técnica da Unidade sob orientação e supervisão da Direção da Unidade.

6.2.7. **Justificativa da necessidade de avaliação de amostras:** A avaliação é importante considerando que os colchões serão utilizadas em pacientes e familiares. Um defeito / mal funcionamento no produto ou não atendimento das especificações técnicas pode causar danos ao paciente.

6.2.8. **Critérios de avaliação das amostras:** Os critérios para avaliação do produto serão:

- Deve apresentar conformidade com a especificação requerida na presente solicitação;
- Apresentar descrição do produto no idioma português;
- Verificação da qualidade do acabamento do produto

- O produto deve apresentar resistência compatível a sua finalidade.

VII - QUANTO AS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

7.1. O(s) item do objeto deste termo será(ão) recebido(s), desde que:

1. A quantidade esteja de acordo com a solicitada na Nota de Empenho;
2. A especificação esteja em conformidade com o solicitado neste Termo de referência;
3. A embalagem deve estar inviolada e deve forma a permitir o correto armazenamento;

VIII – DOS PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA

8.1. Da Entrega:

1. A entrega será única podendo ser alterada à critério da administração. Deve ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias corridos a partir do recebimento da nota de empenho;
2. O local de entrega pode vir a ser alterado, à critério da Administração.
3. **Horário da Entrega:** De segunda a sexta-feira, das 08 às 16h.

Do local e horário da entrega:

- HECC: Av. Gal. Osvaldo Cordeiro de Farias, 466 – Marechal Hermes – Rio de Janeiro
- HEER: Estr. do Pré, S/N - Sen. Vasconcelos, Rio de Janeiro - RJ, 23013-550
- HMSH: Av. Automóvel Clube, S/N - Jardim Jose Bonifacio, São João de Meriti - RJ, 25561-170
- HESM: Estr. Rio Pequeno, 656 – Taquara – Rio de Janeiro
- IEDE: Rua Moncorvo Filho, 90 – Centro – Rio de Janeiro
- IEDS: Rua Godofredo Viana, 64 – Tanque – Jacarepaguá – Rio de Janeiro
- HEMORIO: Rua Frei Caneca, 8, Centro, Rio de Janeiro/RJ
- CPRJ: Praça Cel. Assumpção, s/nº – Gamboa – Rio de Janeiro
- IETAP: Rua Doutor Luiz Palmier, 762 – Barreto – Niterói – Rio de Janeiro
- HEAN: R. Carlos Seidl, 785 - Caju, Rio de Janeiro - RJ, 20031-000
- IECAC: R. Davi Campista, 326 - Humaitá, Rio de Janeiro - RJ, 22261-010
- HMÃE: Av. Jorge Júlio da Costa dos Santos, 400 - Rocha Sobrinho, Mesquita - RJ, 26572-530
- CEDI: Av. Pres. Vargas, 1733 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, 20210-030
- UPA CG1: ESTR. DO MENDANHA, S/N - CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO - RJ, 23087-286
- UPA CG2: AV. CESÁRIO MELO (REGIMENTO POLICIA MONTADA-SÃO JORGE) - CEP: 23055-002 - CAMPO GRANDE - RJ.
- UPA SANTA CRUZ: AV. CESÁRIO DE MELO, 13655 - SANTA CRUZ, RIO DE JANEIRO - RJ, 23590-060
- UPA IRAJÁ: AV. MONSENHOR FÉLIX, 380 - IRAJÁ, RIO DE JANEIRO - RJ, 21361-132
- UPA ENGENHO NOVO: RUA SOUSA BARROS, 70 - ENGENHO NOVO, RIO DE JANEIRO - RJ, 20961-150
- UPA ILHA DO GOVERNADOR: PRAIA DA BANDEIRA, S/N - COCOTÁ, RIO DE JANEIRO - RJ, 21910-296
- UPA MARECHAL HERMES: R. XAVIER CURADO, S/N - MAL. HERMES, RIO DE JANEIRO - RJ, 26610-330
- UPA REALENGO: R. Mal. Joaquim Inácio, S/N- Realengo, Rio de Janeiro – RJ, 21735-320
- UPA BANGU: R. Figueiredo Camargo, S/N – Bangu, Rio de Janeiro – RJ, 21870-210
- UPA ITABORAÍ: Rod. Raphael de Almeida Magalhães, 172 – Santo Antônio, Itaboraí – RJ
- UPA SÃO PEDRO: Rod. Amaral Peixoto, Km 107, S/N – Balneário, São Pedro da Aldeia – RJ, 28940-000
- UPA NI 1: Av. Abílio Augusto Távora, 1600 – Ipiranga, Nova Iguaçu – RJ, 26291-200
- UPA NI 2: Av. Abílio Augusto Távora, 1600 – Ipiranga, Nova Iguaçu – RJ, 26291-200
- UPA MESQUITA: Av. Pres. Costa e Silva, S/N – Edson Passos, Mesquita- RJ, 26584-161
- UPA MARE: AV BRASIL, 4880
- UPA CAMPOS: Av. Souza Mota, 200- Parque Vera Cruz, Campos dos Goytacazes- RJ, 28060-001
- UPA NITERÓI: R. Sá Barreto, 107 – Fonseca, Niterói- RJ, 24120-297
- UPA QUEIMADOS: R. Mário Ferreira dos Reis, 218 – Nossa Sra. Da Glória, Queimados – RJ, 26310-325
- UPA TIJUCA: Rua Conde de Bonfim, S/N – Tijuca, Rio de Janeiro – RJ, 20520-054
- UPA JACAREPAGUÁ: R. André Rocha – Taquara, Rio de Janeiro – RJ, 22730-522
- UPA COPACABANA: Rua Siqueira Campos, 129- Copacabana, Rio de Janeiro- RJ, 22031-071
- UPA BOTAFOGO: R. São Clemente, S/N- Botafogo, Rio de Janeiro- RJ, 22260-000
- UPA VALENÇA: Estrada Valença, Rio das Flores nº 1050, Valença - Rj- 27600-000
- SEAP: Estrada do Guandu, 1.100 – Gericinó- Bangu- Rio de Janeiro, RJ

IX – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Quanto ao fornecimento dos itens especificados, a CONTRATADA se obriga a:

1. Entregar os produtos de acordo com a descrição prevista e nos prazos acima mencionados, tão logo seja cientificada para a retirada dos empenhos. Qualquer despesa inerente ao processo de logística para entrega do equipamento ficará sob a responsabilidade do fornecedor registrado;
2. Fornecer mobiliário em conformidade com o especificado neste termo;
3. Fornecer manual de operação completo do mobiliário, preferencialmente, na forma impressa, em língua portuguesa no ato da entrega;
4. Responsabilizar-se pela qualidade e procedência do equipamento, bem como pela inviolabilidade de suas embalagens (originais) até a entrega dos mesmos à CONTRATANTE, garantindo que o seu transporte, mesmo quando realizado por terceiros, se faça segundo as condições estabelecidas pelo fabricante, notadamente no que se refere às recomendações de temperaturas mínimas e máximas, empilhamento e umidade;
5. Entregar o equipamento devidamente protegido e embalado adequadamente contra danos de transporte e manuseio, acompanhados da respectiva nota fiscal;
6. Apresentar, quando da entrega dos produtos, toda a documentação relativa às condições de armazenamento e transporte, desde a saída dos mesmos do estabelecimento do fabricante até a chegada à CONTRATANTE;
7. Colocar à disposição do CONTRATANTE todos os meios necessários à comprovação da qualidade e operacionalidade dos itens fornecidos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações do termo;
8. Fornecer mobiliários novos, de primeiro uso, e que estejam na linha de produção atual do fabricante;
9. Em hipótese alguma será aceito produto usado, recondicionado ou fora das exigências técnicas; o produto deverá ser novo, assim considerados de primeiro uso;
10. Apresentar carta de compromisso se responsabilizando pela troca do item, caso o produto apresente mau funcionamento ou avaria;
11. O objeto do contrato será recebido mediante verificação da qualidade e quantidade; a CONTRATANTE terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para observações e vistoria que verifique o exato cumprimento das obrigações contratuais;
12. O mobiliário poderá ser rejeitado caso não esteja de acordo com as exigências ou que não seja comprovadamente original e/ou novo, assim considerado de primeiro uso, bem como produtos com defeitos de fabricação ou vício de funcionamento;
13. Substituir os produtos, desde que comprovada à impossibilidade ou impropriedade da sua utilização, por defeito de fabricação, sem ônus para a CONTRATANTE, no prazo de 10 (dez) dias corridos;
14. Caso seja necessária a troca do material fornecido, os custos serão suportados exclusivamente pela sociedade empresária, sendo de sua responsabilidade recolher o material defeituoso e entregar o substituto em até 10 (dez) dias corridos, devendo a substituição ser feita por material de especificação igual à do substituído;

15. Repor parte e peças apresentando não conformidade durante o período de garantia;
16. Atender com presteza às solicitações, bem como tomar as providências necessárias ao pronto atendimento das reclamações levadas a seu conhecimento pela CONTRATANTE.

X – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. Notificar por escrito a CONTRATADA quaisquer irregularidades constatadas, solicitando providência para a sua regularização;
2. Fornecer à CONTRATADA todas as informações necessárias à fiel execução do presente contrato.

XI – ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

1. A Fundação de Saúde indicará uma comissão para fiscalização da contratação, conforme regramento definido no Decreto Estadual nº. 45.600/2016.

XII – DA SELEÇÃO

1. O critério de julgamento a ser utilizado para a contratação será do tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM

XIII – GERENCIAMENTO DE RISCOS

1. Necessidade de adequação da estrutura física do local que receberá os bens

- Não haverá necessidade de readequar a estrutura física.

1. Análise de riscos (considerados pertinentes e necessários)

- A falta do insumo e a qualidade deste poderá ocasionar interrupção no atendimento aos paciente (s) da(s) unidade(s), além da possibilidade de comprometer sua integridade física, com sérios prejuízos a sua saúde.

1. Ação preventiva e/ou Ação de contingência

- Elaboração do Termo de Referência contendo as especificações do objeto precisa, suficiente e clara, vedadas as especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias limitem a competição de fornecedores;
- Realizar o planejamento anual das quantidades para atendimento a demanda das unidades;
- Acompanhamento e avaliação dos indicadores de produtividade da unidade de forma a mapear o perfil epidemiológico para construção de cenários futuros e preparar-se antecipadamente para situações que possam surgir.

XIV – PAGAMENTO

1. O pagamento será realizado de acordo com a quantidade e o valor dos itens efetivamente fornecidos, condicionados à apresentação das notas fiscais/faturas, as quais deverão ser devidamente atestadas por representantes da Administração.
2. O pagamento poderá ser a vista ou parceladamente, dependendo da forma de cada contratação.
3. O pagamento somente será autorizado após atesto de recebimento da execução do objeto, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79 e avaliação contida no Acordo de Níveis de Serviço conforme anexo VIII;
4. Satisfeitas as obrigações previstas acima, o prazo para pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplimento de cada parcela.
5. Caso se faça necessária a reapresentação da nota fiscal ou do relatório dos serviços prestados por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

XV – DA GARANTIA

1. Exigir-se-á do futuro contratado, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data da assinatura do contrato, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei nº 8.666/93, da ordem de 5 % (cinco por cento) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.
2. A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.
3. Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que seja mantido o percentual de 05 (cinco por cento) do valor do Contrato.
4. Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato”.
5. A garantia poderá ser dispensada, e o dispositivo suprimido, a critério e com justificativa específica da Autoridade Competente (art. 56, caput da Lei nº 8.666/93)

XVI - CRITÉRIO DE JULGAMENTO

1. O critério de julgamento a ser utilizado para o certame será do tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.

XVII - CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. Esclarecemos que os elementos pertinentes ao caráter técnico-assistencial da aquisição em questão, elencados no presente Termo de Referência, foram definidos pela DTA e encontram-se descritos nos itens 1 a 10. Os elementos administrativos e financeiros, especificados nos itens 11 a 13, foram extraídos das Minutas Padrões da PGE e do processo exarado pela DAF, através do SEI-080007/000701/2021.

ANEXO I

Justificativa para Solicitação de licença de Funcionamento Da Licença de Funcionamento Sanitário

1. A respeito da exigência de Licença de Funcionamento Sanitário, esta possui previsão legal específica, sendo certo que sua manutenção no tópico de Qualificação Técnica do aludido certame se mostra imprescindível para resguardar a saúde daqueles que serão beneficiados com a contratação pretendida.
2. Inicialmente, cumpre registrar que a própria Lei nº 8.666/93, ao disciplinar a documentação relativa à qualificação técnica dos licitantes, apresenta os limites a serem observados pela Administração.
3. Desta forma, somente o que está previsto em lei é que pode ser exigido como documentação de qualificação técnica, tudo em apreço aos princípios da isonomia, igualdade e competitividade.
4. No entanto, importante registrar que a própria lei de licitações dispõe que poderá ser exigido como documento de qualificação técnica provas dos requisitos previstos em lei especial, senão vejamos:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um

dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - *comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;*

IV - *prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.*

5. Neste passo, vale ressaltar que a Lei nº 5.991/73, nos incisos de seu artigo 4º, traz o conceito de medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, dispondo sobre o controle sanitário da comercialização desses produtos.
6. Por sua vez, o artigo 1º da Lei nº 6.360/76 informa que os produtos definidos na Lei nº 5.991/73 ficam sujeitos às normas de vigilância sanitária.
7. Nesse sentido, o artigo 2º da Lei nº 6.360/76 dispõe que somente poderão extrair, produzir, fabricar, transformar, sintetizar, purificar, fracionar, embalar, reembalar, importar, exportar, armazenar ou expedir tais produtos as empresas cujos estabelecimentos hajam sido licenciados pelo órgão sanitário das Unidades Federativas em que se localizem.
8. A regulamentação das condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, para o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360/76 é dada pelo Decreto nº 8.077/2013, que, em seu artigo 2º, estabelece que o exercício de atividades relacionadas aos referidos produtos dependerá de autorização da ANVISA e de licenciamento dos estabelecimentos pelo órgão competente de saúde dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, observados os requisitos técnicos definidos em regulamento desses órgãos.
9. A licença de funcionamento sanitário tem por base a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a RDC n.º 153/2017, conjugada com a Instrução Normativa nº 16/2017 ANVISA.
10. A RDC n.º 153/2017 definiu o grau de risco sanitário das atividades sujeitas à vigilância sanitária, enquanto a IN nº 16/2016 da ANVISA traz a lista de Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE de atividades econômicas sujeitas à vigilância sanitária por grau de risco e dependente de informação para fins de licenciamento sanitário.
11. Dessa forma, solicitar a apresentação da Licença de Funcionamento Sanitário ou Cadastro Sanitário no momento da qualificação técnica possui respaldo legal, uma vez que essas atividades não podem ser realizadas sem o devido licenciamento na autarquia competente.
12. Além disso, a necessidade de tal exigência constar como qualificação técnica no edital, se dá pelo fato de que a segurança e o bem estar dos pacientes também fazem parte da infinita gama de responsabilidade dos fornecedores do mercado.
13. Assim, visando chamar a atenção destes fornecedores para a responsabilidade que lhes é atribuída, são necessárias algumas providências para adequar o estabelecimento às normas de zoneamento urbano, segurança e vigilância.
14. Isto porque, parte dessa segurança e bem-estar está relacionada às condições físicas do estabelecimento, como exemplo a citar, tem-se a emissão do alvará sanitário para a execução de determinadas atividades pelas empresas, em especial as que atuam nos ramos de alimentação e saúde pela vigilância Sanitária local.
15. Desse modo, ter o estabelecimento devidamente vistoriado e aprovado pela Vigilância Sanitária é o aval que o empresário precisa para dar início em suas atividades, demonstrando assim possuir padrões mínimos de organização, higiene e cuidados no manuseio de suas mercadorias/produtos.
16. Portanto, caso a exigência em comento seja excluída do edital ou eventualmente transportada para o tópico de obrigações da contratada, a saúde dos pacientes que se encontram em tratamento nas unidades sob gestão da Fundação Saúde poderá ser diretamente afetada pela não garantia da qualidade / fidedignidade do exame que será realizado.
17. Com efeito, a avaliação técnica na fase prévia à assinatura da ata, em que se verifica se o licitante reúne condições para executar o contrato, é imprescindível para que tal requisito não seja examinado somente ao final, o que poderá acarretar enormes transtornos assistenciais, administrativos e econômicos.
18. Por todo o exposto, evidencia-se que a exigência de Licença de Funcionamento Sanitário como qualificação técnica não se mostra excessiva, uma vez que tem por objetivo evitar que empresas que não estejam em dia com as obrigações impostas pela Vigilância Sanitária vençam o certame, podendo retardar o procedimento ou até vir a causar grandes prejuízos à saúde dos pacientes.
19. Insta ressaltar que, conforme acima demonstrado, a previsão de Licença de Funcionamento Sanitário como requisito de habilitação técnica está de acordo com o disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que estabelece que somente serão permitidas, nos processos licitatórios, exigências de qualificação técnica e econômica “indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.

Justificativa para solicitação de registro válido na ANVISA

20. A respeito da exigência de Registro na ANVISA, esta possui previsão legal específica, sendo certo que sua manutenção no tópico de Qualificação Técnica do aludido certame se mostra imprescindível para resguardar a saúde dos pacientes que serão beneficiados com a contratação pretendida.
21. Vale mencionar que o registro é o ato legal que reconhece a adequação de um produto à legislação sanitária, que objetiva garantir a sua segurança e eficácia para o uso que se propõe, e sua concessão é dada pela ANVISA, o que é respaldado pelo texto constitucional, pois compete ao Sistema Único de Saúde (SUS) “controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde” e “executar ações de vigilância sanitária” (art. 200, I e II da CF).
22. Trata-se de controle feito antes da comercialização, sendo utilizado no caso de produtos que possam apresentar eventuais riscos à saúde pública, como no caso dos itens constantes do objeto de contratação, uma vez que são materiais médico-hospitalares.
23. O artigo 8º *caput* e parágrafo 1º, inciso VI da Lei 9.782 de 1999, que cria a ANVISA, corroboram esse entendimento ao estabelecer que:

“Art. 8º Incumbe à Agência, respeitada a legislação em vigor, regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública.

§ 1º Consideram-se bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária pela Agência:

(...)

VI - *equipamentos e materiais médico-hospitalares, odontológicos e hemoterápicos e de diagnóstico laboratorial e por imagem” (grifo nosso).*

24. Para que os produtos sujeitos à vigilância sanitária sejam registrados, é necessário atender aos critérios estabelecidos em leis e à regulamentação específica estabelecida pela Agência. Tais critérios visam minimizar eventuais riscos associados ao produto.
25. A Lei nº 5.991/73, nos incisos de seu artigo 4º, traz o conceito de medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, dispondo sobre o controle sanitário da comercialização desses produtos.
26. Cabe à empresa fabricante ou importadora a responsabilidade pela qualidade e segurança dos produtos registrados junto à ANVISA, tendo como diretriz a Lei nº 5.991/1973, a qual prescreve que correlato é “a substância, produto, aparelho ou acessório não enquadrado nos conceitos anteriores, cujo uso ou aplicação esteja ligado à defesa e proteção da saúde individual ou coletiva, à higiene pessoal ou de ambientes, ou a fins diagnósticos e analíticos, os cosméticos e perfumes, e, ainda, os produtos dietéticos, óticos, de acústica médica, odontológicos e veterinários”.
27. Por sua vez, o artigo 1º da Lei nº 6.360/76 informa que os produtos definidos na Lei nº 5.991/73 ficam sujeitos às normas de vigilância sanitária. Assim, qualquer produto considerado como correlato pela legislação apontada, precisa de registro para ser fabricado e comercializado.
28. Nesse sentido, a teor do disposto no artigo 2º da Lei nº 6.360/76, somente poderão extrair, produzir, fabricar, transformar, purificar, fracionar, embalar, reembalar, importar, exportar, armazenar ou expedir tais produtos as empresas para tal fim autorizadas pelo Ministério da Saúde e cujos estabelecimentos hajam sido licenciados pelo órgão sanitário das Unidades Federativas em que se localizem.
29. A regulamentação das condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360/76 é dada pelo Decreto nº 8.077/2013, que, em seu artigo 2º, estabelece que o exercício de atividades relacionadas aos referidos produtos dependerá de autorização da ANVISA e de licenciamento dos estabelecimentos pelo órgão competente de saúde dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, observados os requisitos técnicos definidos em regulamento desses órgãos.
30. Ademais, de acordo com o disposto no artigo 12 da Lei nº 6.360/76, nenhum dos produtos de que trata esta lei, inclusive os importados, podem ser industrializados, expostos à venda ou entregues ao consumo antes de registrados no Ministério da Saúde, salvo exceções previstas nos artigos 24 e 25, § 1º da mesma lei.
31. No caso específico dos insumos classificados como “correlatos”, de acordo com o artigo 4º da Lei nº 5.991/73 acima mencionada, o artigo 25 da Lei 6.360/76 preleciona que:

“Art. 25. Os aparelhos, instrumentos e acessórios usados em medicina, odontologia e atividades afins, bem como nas de educação física, embelezamento ou correção estética, somente poderão ser fabricados, ou importados, para entrega ao consumo e exposição à venda, depois que o Ministério da Saúde se pronunciar sobre a obrigatoriedade ou não do registro.

§ 1º - Estarão dispensados do registro os aparelhos, instrumentos ou acessórios de que trata este artigo, que figurem em relações para tal fim elaboradas pelo Ministério da Saúde, ficando, porém, sujeitos, para os demais efeitos desta Lei e de seu Regulamento, a regime de vigilância sanitária”.

32. O regulamento a que alude o § 1º do dispositivo acima mencionado é a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, **RDC n.º 185/2001**, que teve por objetivo “*atualizar os procedimentos para registro de produtos ‘correlatos’ de que trata a Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976*”.
33. De acordo com o artigo 3º deste regramento alguns fabricantes ou importadores de produtos podem ser dispensados de registro, desde que constem nos itens 2, 3 e 12 da parte 3 do Anexo da RDC n.º 185, de 06/11/2001 ou em relações elaboradas pela ANVISA.
34. Os materiais solicitados não constam expressamente em nenhum dos regramentos acima mencionados, que excluem a necessidade de registro na ANVISA, pelo que se entende possível a exigência do registro na referida Autarquia com base nos dispositivos anteriormente mencionados.
35. Cabe ressaltar que, na esfera penal, o artigo 273, parágrafo 1º-B, inciso I, do Código Penal considera crime hediondo importar, vender, expor à venda, ter em depósito para vender ou, de qualquer forma, distribuir ou entregar a consumo o produto sem registro, quando exigível, no órgão de vigilância sanitária competente. Fato que não pode ser desprezado pelo administrador público responsável pelo fornecimento do medicamento em questão, razão pela qual não há falar que o seu não fornecimento caracteriza ato ilegal ou de abuso de poder (STJ, j. 02.02.2012, RMS 35434/PR, 1ªT, Relator Ministro Benedito Gonçalves).
36. Por todo o exposto, evidencia-se que a exigência registro válido na ANVISA na qualificação técnica não se mostra excessiva, uma vez que tem por objetivo evitar que licitantes que não estejam em dia com as obrigações impostas pela Vigilância Sanitária vençam o certame, podendo retardar o procedimento ou até vir a causar grandes prejuízos à saúde dos pacientes.
37. Ademais, insta ressaltar que, conforme acima demonstrado, a exigência de registro válido na ANVISA como requisito de habilitação técnica está de acordo com o disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que estabelece que somente serão permitidas, nos processos licitatórios, exigências de qualificação técnica e econômica “indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.

Mayara G. de Medeiros
Gerente de Ambiência
ID 4216203-3

Rio de Janeiro, 06 setembro de 2022



Documento assinado eletronicamente por **Mayara Gonçalves de Medeiros, Gerente de Ambiência**, em 12/09/2022, às 10:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Maria Boquimpani de Moura Freitas, Diretor Técnico Assistencial**, em 15/09/2022, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **39148325** e o código CRC **9C326191**.